

## ARTIGOS PUBLICAÇÃO CONTÍNUA

Silvana Schimanski<sup>I</sup>

Esmeralda Canhada de Góz Faria<sup>II</sup>

### Oportunidades e desafios para extensão universitária em Relações Internacionais com municípios

Opportunities and challenges for university extension in International Relations with municipalities

#### RESUMO:



Este trabalho discute as oportunidades e desafios relacionados à extensão universitária nos cursos de Bacharelado em Relações Internacionais no contexto das ações internacionais municipais. A internacionalização dos entes como municípios e estados federados ampara-se no conceito de cooperação internacional descentralizada (CID), entendida como a colaboração entre instituições subnacionais de diferentes países para a solução de problemas e desafios comuns. O conceito de paradiplomacia também é utilizado quando tais ações são amparadas pelo estabelecimento de estruturas institucionais. A pergunta orientadora deste trabalho é: quais as oportunidades e desafios para a extensão universitária nos cursos de Relações Internacionais alinhadas à agenda municipal? Por meio da abordagem qualitativa, baseada em fontes primárias e secundárias, o caso do município de Pelotas-RS-Brasil, onde está estabelecido o curso de Relações Internacionais da UFPel, foi analisado no ano de 2023 pela matriz SWOT e TOWS para a identificação dos fatores internos (forças e fraquezas) e fatores externos (oportunidades e ameaças), a partir das percepções da Diretora de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Pelotas e da Coordenadora do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A análise permite considerar que a extensão universitária nos cursos de Relações Internacionais é uma importante ferramenta para o apoio e continuidade da agenda internacional municipal. Contudo, é preciso haver compromisso institucional das pessoas e entes envolvidos e, preferencialmente, que os projetos e ações sejam formalizados por meio de Acordos de Cooperação ou Convênios. A parceria entre a UFPel e a Prefeitura Municipal de Pelotas revela elevado potencial estratégico para impulsionar a internacionalização, articulando desenvolvimento local, inovação institucional e formação qualificada em Relações Internacionais.



**Palavras-chave:** Cooperação internacional; Paradiplomacia; Internacionalização

#### ABSTRACT:

This paper discusses the opportunities and challenges related to university extension in Bachelor's degree courses in International Relations in the context of municipal international actions. The internationalization of entities such as municipalities and states is based on the concept of decentralized international cooperation (DIC), understood as collaboration between subnational institutions from different countries to solve common problems and challenges. Paradiplomacy is a concept also used when such actions are supported by the establishment of institutional structures. The guiding question of this paper is: what are the opportunities and challenges for university extension in International Relations courses aligned with the municipal agenda? Using a qualitative approach based on primary and secondary sources, the case of the municipality of Pelotas-RS-Brazil, where the UFPel International Relations course is established, was analyzed in 2023 using the SWOT and TOWS matrix to identify internal factors (strengths and weaknesses) and external factors (opportunities and threats), based on the perceptions of the Director of International Relations of the Municipality of Pelotas and the Coordinator of the Bachelor's Degree in International Relations at the Federal University of Pelotas (UFPel). The analysis allows us to consider that university extension in International Relations courses is an important tool for the support and continuity of municipal international agenda. However, there must be institutional commitment of persons and entities involved and, preferably, the projects and actions should be formalized through Cooperation Agreements or Partnership Agreements. The partnership between UFPel and the Pelotas City Government reveals high strategic potential for promoting internationalization, linking local development, institutional innovation, and qualified training in International Relations.

**Keywords:** International cooperation; Paradiplomacy; Internationalization

<sup>I</sup> Doutora em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília; Professora, Universidade Federal de Pelotas , Pelotas, RS, Brasil. [silvana.schimanski@ufpel.edu.br](mailto:silvana.schimanski@ufpel.edu.br),  <https://orcid.org/0000-0002-9405-4653>

<sup>II</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pelotas; Mestranda em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas , Pelotas, RS, Brasil. [esmeraldacgoz@gmail.com](mailto:esmeraldacgoz@gmail.com),  <https://orcid.org/0009-0006-7046-9463>

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo geral discutir as oportunidades e desafios relacionados à extensão universitária nos cursos de Bacharelado em Relações Internacionais, no contexto de ações internacionais municipais preexistentes ou potenciais. A expansão e a interiorização dos cursos de graduação em Relações Internacionais no Brasil - entre os anos 1990 e 2000, primeiro nas universidades privadas e depois nas públicas - suscitou debates acerca dos desafios relacionados tanto à consolidação de uma cultura pró-internacionalização na sociedade local, quanto à inserção profissional dos egressos (Pfrimer, Okado, 2019; Maia, 2020). As exigências recentes quanto à oferta das atividades de extensão universitária representam um desafio adicional para os cursos.

Como uma formação relativamente nova, foi também preciso consolidar as competências e habilidades dos seus egressos para transcender a percepção comum que tende a associá-los, de forma restritiva, à carreira diplomática estatal. A primeira versão das suas Diretrizes Curriculares Nacionais, promulgadas em 2017, dispõem que a formação acadêmica deve capacitar profissionais para o desempenho de atividades de natureza internacional, abrangendo as esferas pública, privada, social e demais segmentos (Brasil, 2017). Embora a carreira diplomática figure como uma possibilida-

de de inserção profissional, a formação prepara profissionais para atuar em uma ampla gama de funções, como demonstram diversos estudos (Maia, 2020).

Na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o Curso de Bacharelado em Relações Internacionais foi estabelecido no ano de 2010, no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O município de Pelotas (RS) está localizado no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul, a 250 km da capital do estado (Porto Alegre-RS) e aproximadamente 140 km da fronteira com o Uruguai. Dados dos seus egressos convergem com pesquisas de outras instituições, demonstrando que sua atuação profissional ocorre nas áreas previstas pelas DCNs, tanto em atividades com interface internacional quanto não (Schimanski et al, 2021).

No Brasil, as atividades de extensão universitária vinculam a universidade ao seu meio social e ampliam seu papel para além dos historicamente consolidados ensino e pesquisa. É por meio de ações extensionistas que se busca contribuir para a solução de problemas, apoiar políticas públicas e disseminar conhecimentos à sociedade como um todo. Extensão é a atuação universitária na sociedade (Feloniuk, 2025), e ao mesmo tempo, contribui para a formação de cidadãos conscientes acerca do seu papel para agir na sociedade.

Há carência de registros que evidenciem ações ou iniciativas extensionistas institucionais do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UFPel em parceria com a Prefeitura Municipal (Schimanski, 2021; Schimanski et al, 2022). No ano de 2023, a ação de um projeto de extensão sobre as cidades-irmãs internacionais do município<sup>1</sup>, favoreceu a aproximação da então Coordenadora do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UFPel à servidora da Prefeitura Municipal, que seria, posteriormente, nomeada para o cargo de Diretora de Relações Internacionais.

Naquele contexto, a equipe do projeto de extensão orientava suas discussões pelo conceito de cooperação internacional descentralizada (CID), entendida como a colaboração entre instituições subnacionais de diferentes países para a solução de problemas e desafios comuns (Afonso; Fernandes, 2005; Ribeiro, 2009; Marcovitch, Dallari, 2014; Tavares, 2016; Brasil, 2024). Daí surge a pergunta norteadora para o diagnóstico de ações extensionistas do curso no município de Pelotas: Quais as oportunidades e desafios para a extensão universitária alinhadas à agenda internacional municipal?

O caso de Pelotas (RS), município onde está estabelecido o Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UFPel, foi analisado qualitativamente a partir da matriz SWOT/TOWS (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) pelas percepções da Coordenadora do Curso de Bacharelado

em Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e da Diretora de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Pelotas (Wehrich, 1982; Chiavenato, Sapiro, 2003; Kotler, Keller, 2006; Bryson, 2018). A finalidade da discussão é analítico-descritiva.

Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho está dividido da seguinte forma: A primeira parte apresenta os conceitos que fundamentam a discussão; a segunda parte descreve a metodologia; a terceira, apresenta e discute os resultados. A análise permite considerar que a extensão universitária nos cursos de Relações Internacionais é uma importante ferramenta para apoiar e dar continuidade às ações internacionais municipais, especialmente de municípios do interior do país. Contudo, é preciso haver abertura institucional dos entes envolvidos e, preferencialmente, que os projetos e ações sejam formalizados por meio de Acordos de Cooperação ou Convênios. Destaca-se que a parceria entre a UFPel e a Prefeitura Municipal de Pelotas possui elevado potencial estratégico para a promoção da internacionalização territorializada, consolidando-se como um instrumento de desenvolvimento local, inovação institucional e formação qualificada em Relações Internacionais.

## COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DESCENTRALIZADA

A cooperação internacional descentralizada (CID) pode ser definida como a forma de colaboração estabelecida entre instituições subnacionais de diferentes países, orientada à busca de soluções para problemas e desafios compartilhados. Essa modalidade de cooperação caracteriza-se pela participação de atores locais e regionais — tais como prefeituras, câmaras municipais, governos estaduais ou provinciais —, bem como de organizações da sociedade civil, configurando um arranjo que amplia a dimensão tradicionalmente centralizada das relações internacionais.

O Estado brasileiro concentra a condução das iniciativas de cooperação internacional estatal por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Essas iniciativas se organizam, predominantemente, em duas modalidades: a multilateral, realizada em articulação com organismos internacionais, e a bilateral, estabelecida diretamente com outros Estados. Não obstante esse caráter centralizador, o país reconhece a relevância da cooperação internacional descentralizada:

É cada vez mais frequente a realização de iniciativas de cooperação internacional com Estados e Municípios brasileiros — a

"cooperação descentralizada". [...] Essa modalidade de cooperação técnica visa, igualmente, ao compartilhamento de conhecimentos e práticas exitosas entre instituições públicas de unidades federativas brasileiras e instituições públicas de unidades subnacionais de países parceiros. (Brasil, 2024, n.p. grifo nosso).

No campo de estudos de Relações Internacionais, observa-se a utilização do termo paradiplomacia para designar a atuação internacional de entes subnacionais. Prado (2019, p. 32), entretanto, chama a atenção para características da expressão, da seguinte forma:

O termo é mais um campo do que um conceito preciso, mas tem o mérito de distinguir-se da diplomacia — ferramenta da política externa dos Estados centrais. Essa atuação das entidades subnacionais por meio da paradiplomacia pode estar concentrada em motivações políticas, culturais e econômicas.

Esse conceito, de caráter mais abrangente, engloba distintas ações de caráter internacional e de inserção externa, incluindo ações características de cooperação internacional descentralizada (Quadro 1). Dessa forma, depreende-se que a paradiplomacia se caracteriza pelo desenvolvimento de mecanismos institucionais próprios, a exemplo da criação de secretarias, diretorias, coordenadorias ou departamentos voltados à gestão de assuntos internacionais (Ribeiro, 2009; Marcovitch; Dal-

lari, 2014; Tavares, 2016; Montenegro, 2019).

A justificativa para a atuação internacional descentralizada fundamenta-se em seu caráter transformador, na medida em que possibilita a articulação de parcerias e a formulação de soluções ajustadas às demandas locais, com maior flexibilidade e autonomia em relação à cooperação conduzida pelos Estados nacionais (Afonso; Fernandes, 2005). Esse processo decorre do crescente protagonismo e da ampliação das responsabilidades dos agentes subnacionais diante da internacionalização das agendas, configurando-se como oportunidade para o aprimoramento de políticas públicas locais por meio da troca de experiências e da disseminação de boas práticas entre interlocutores diversos.

Vale mencionar que não há regras fixas que determinem o surgimento da paradiplomacia ou da cooperação internacional descentralizada, tampouco uma hierarquia ou sequência obrigatória entre ambas. Em muitos casos, observa-se a exis-

tência de práticas que variam desde ações pontuais e menos formalizadas, como a assinatura de protocolos de intenção ou acordos de cidades-irmãs, sem que nunca se estabeleçam estruturas institucionais específicas, como secretarias ou departamentos dedicados à execução de tais relações. Em outros casos, são estabelecidas estruturas institucionais para a gestão estratégica dos instrumentos internacionais preexistentes e / ou aprofundamento das ações internacionais. Portanto, a configuração de cada experiência depende de fatores locais, como os recursos disponíveis, o grau de institucionalização da gestão pública e as prioridades políticas de cada ente subnacional.

Uma ressalva relevante acerca da atuação internacional de entes subnacionais refere-se aos limites constitucionais que a regem, uma vez que tais iniciativas não visam substituir a ação dos Estados nacionais nas relações exteriores, mas, antes, complementar seus esforços em prol de uma inserção mais cooperativa e eficaz a partir de neces-

Quadro 1 - Paradiplomacia e exemplos de ações internacionais

Paradiplomacia	↔	Ações Internacionais de entes subnacionais
<p>Estrutura Institucional: Secretaria, Diretoria, Coordenadoria, Departamento de Relações Internacionais, ou similares.</p> <p>Estratégias de Internacionalização</p>		<p>Troca de Cartas ou Notas Protocolo de Intenções Acordos de Cidades-Irmãs Acordos de Cooperação Técnica Políticas para Acolhimento de Imigrantes, Refugiados, Apátridas. Redes de Cidades Eventos Internacionais Missões Outros.</p>

Fonte: Autoras (2025)

sidades e prioridades locais (Tavares, 2016; Prado, 2019). No caso brasileiro, a Constituição Federal não institucionalizou a paradiplomacia, conferindo à União a competência exclusiva para conduzir a política externa<sup>2</sup>. Nesse quadro, a participação internacional subnacional tem se orientado pelo entendimento de que tais entes podem firmar acordos com entidades estrangeiras, desde que não impliquem riscos à soberania nacional e sejam devidamente comunicados ao Ministério das Relações Exteriores (Brasil, 2024).

Entre os exemplos de ações de cooperação internacional descentralizada municipal, destacam-se os protocolos para projetos de cooperação técnica, compartilhamento de experiências e boas práticas, irmanamento de municípios, redes de cidades, programas de cooperação, missões comerciais ou culturais, entre outros (Afonso; Fernandes, 2005). Para que a atuação internacional das cidades seja coerente, efetiva e duradoura, é imprescindível a elaboração de um plano estratégico.

Nesse sentido, Zapata Garesché (2007) enfatiza que o principal desafio consiste em as autoridades locais desenvolverem e darem continuidade a estratégias de internacionalização alinhadas às especificidades do território e da população. Para tanto, o autor recomenda que ações pontuais sejam substituídas por uma abordagem integral, contemplando: (i) a formulação da estratégia in-

ternacional; (ii) sua operacionalização por meio de instituições e adequação de processos; e (iii) a profissionalização da estratégia, mediante formalização e continuidade, comunicação e sensibilização da população, além da avaliação e aperfeiçoamento do plano estratégico.

Ainda que a cooperação internacional descentralizada ofereça possibilidades, sua efetivação exige que os governos locais enfrentem um duplo desafio: de um lado, o aprimoramento do ambiente regulatório e institucional; de outro, o fortalecimento de suas capacidades operacionais (Passols, 2020). Nesse âmbito, destacam-se como obstáculos à formulação de políticas nessa área a limitação de recursos financeiros, a carência de capacidade técnica dos municípios, a escassez de profissionais especializados em atividades internacionais e a insuficiência de pesquisas voltadas ao tema.

Embora uma parcela significativa dos municípios brasileiros desenvolva iniciativas no âmbito internacional, a maioria das prefeituras não dispõe de uma estrutura administrativa especificamente destinada à condução das relações internacionais no aparato municipal. Ademais, observa-se que tais iniciativas, em grande parte dos casos, não resultam de processos de formulação estratégica, mas se caracterizam por ações pontuais e de natureza imediatista, frequentemente desvinculadas de uma perspectiva de longo prazo (Ribeiro, 2009).

Ao sistematizar o crescente papel dos mu-

nicípios nos debates do campo das Relações Internacionais, Schimanski, Menezes e Schmutz (2024, p.16) identificam as ações internacionais municipais:

[...] como oportunidades de intercâmbios, de aprendizagem e, em determinados casos, obtenção de recursos financeiros ou atração de investimentos. Pode-se afirmar que as oportunidades consistem na identificação de intersecções entre o plano de gestão local e as agendas internacionais, que permitem o engajamento municipal em diversas arenas e debates. [...]. Pode-se dizer que os desafios abrangem a falta de planos estratégicos para a atuação internacional nos planos de governo, alinhamento entre a atuação internacional e a busca de soluções para problemas locais, que respondam às reais necessidades dos cidadãos. A profissionalização da internacionalização das políticas públicas ainda é um desafio real, que se traduz na sua frágil institucionalização e operacionalização no âmbito local.

A presente discussão, portanto, se ancora na premissa de que a cooperação internacional descentralizada representa uma possibilidade para a promoção da internacionalização dos municípios brasileiros. Paralelamente, representa a abertura de oportunidades para a inserção profissional dos futuros Bacharéis em Relações Internacionais, em atividades com interface internacional a partir das perspectivas e demandas locais (Schimanski,

2022). Nesse contexto, ações de extensão universitária têm potencial para, além de capacitar recursos humanos para as competências e habilidades previstas em seu perfil de egressos, contribuir para a solução de desafios locais.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir da abordagem qualitativa, com dados primários fornecidos pela Coordenadora do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UFPel (2023-2025) e a Diretora de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Pelotas, com a finalidade de descrever e analisar as oportunidades e desafios para a realização de ações de extensão universitária no contexto de ações internacionais municipais preexistentes ou potenciais. A iniciativa visa agregar dois ativos locais, quais sejam: i) um curso de Bacharelado em Relações Internacionais estabelecido em um município do interior, com exigências de oferecer atividades extensionistas na área de formação aos seus estudantes; ii) ações internacionais preexistentes da Prefeitura Municipal, sem a devida institucionalização e sistematização das atividades, bem como, estudos de potencialidades.

As informações foram sistematizadas por meio da matriz SWOT (também conhecida como o “modelo de *Harvard*”) (Chiavenato, Sapiro,

2003; Kotler, Keller, 2006). Trata-se de uma ferramenta de planejamento estratégico, que a partir de quatro dimensões, permite sistematizar de forma integrada a realidade, facilitando a identificação de possibilidades de crescimento e limitações. Dessa forma, auxilia na definição de prioridades de forma a encaminhar projetos mais objetivos e direcionados.

Como ilustra o Quadro 2 o modelo sugere que sejam levantados os fatores internos à instituição, ou seja, forças (*Strengths*) e fraquezas (*Weakness*) da Universidade e do próprio Curso de Relações Internacionais, bem como da Prefeitura Municipal e do seu recém estabelecido Departamento de Relações Internacionais. No ambiente interno, identificar as forças significa levantar elementos que representam vantagens ou diferencial considerado positivo. As fraquezas são aqueles elementos que, de alguma forma, desfavorecem ou dificultam a implementação do que se planeja.

No modelo, os fatores do ambiente externo à instituição são considerados como oportuni-

des (*Opportunity*) e ameaças (*Threats*). Entre as oportunidades, estão aqueles fatores ambientais ou tendências que permitem a obtenção de benefícios. Já as ameaças podem ser consideradas como elementos externos desfavoráveis, que não podem ser controlados pela instituição.

O preenchimento da matriz ocorreu no início do ano de 2024, a partir das percepções das responsáveis vinculadas às respectivas instituições, com vistas a identificar atividades nas quais o Curso de Bacharelado em Relações Internacionais pudesse atuar em ações de extensão universitária alinhadas e em apoio à agenda municipal. A análise dos dados identificados na matriz SWOT foi complementada pela análise TOWS (Weihrich,1982; Bryson, 2018). Enquanto a SWOT permite a identificação sistemática de fatores internos e externos, a TOWS possibilita o cruzamento estratégico dos fatores identificados nos diferentes quadrantes, orientando a formulação de estratégias. De uma forma geral, contribui para direcionar as forças internas para potencializar

Quadro 2 - Matriz SWOT

FATORES INTERNOS	
<p><b>FORÇAS</b> Exemplo: recursos, competências, vantagens.</p>	<p><b>FRAQUEZAS</b> Exemplo: limitações, carências, entraves.</p>
FATORES EXTERNOS	
<p><b>OPORTUNIDADES</b> Exemplo:tendências, conjunturas favoráveis, possibilidades.</p>	<p><b>AMEAÇAS</b> Exemplo: riscos, obstáculos, fatores incontroláveis.</p>

Fonte: Adaptado de Chiavenato, Sapiro (2003); Kotler, Keller (2006)

oportunidades externas (quadrante SO) e mitigar as ameaças externas (quadrante ST); conceber estratégias para atenuar fraquezas para aproveitar oportunidades (WO) e para diminuir a suscetibilidade das ameaças (WT).

Essa abordagem é utilizada em estudos de planejamento estratégico com contribuições no âmbito de organizações públicas e parcerias interinstitucionais. O planejamento foi elaborado com vistas a ampliar as oportunidades de internacionalização municipal e, ao mesmo tempo, a contribuir para a formação de sujeitos socialmente conscientes e aptos a atuar de modo ativo em seu contexto social.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta a análise do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UFPel, com ênfase nos desafios relacionados às atividades de extensão. Além disso, também apresenta a análise da Prefeitura Municipal, com as ações internacionais em curso ou preexistentes.

### O Curso de Relações Internacionais da UFPel

O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais foi criado em 2010 no âmbito de uma Instituição de Ensino Superior pública com atuação que remonta aos anos 1960 e já consolidada no

território (UFPel, 2019). Sua criação foi impulsionada por políticas voltadas à expansão e à interiorização do ensino superior no país (Pfrimer, Okado, 2019; Maia, 2020).

A trajetória de consolidação dos cursos de Relações Internacionais no Brasil foi sistematizada por Pfrimer e Okado (2019) em quatro fases distintas: o protoperíodo (ou período do pioneirismo), o expansionismo privado, a transição público-privada e o expansionismo público. O protoperíodo compreende a fase inicial, a partir de 1974 estendendo-se até a década de 1990, com a implantação dos cursos precursores. O expansionismo privado sucede esse momento e se caracteriza pela proliferação de cursos em instituições de ensino superior privadas até 2001, impulsionada por mudanças nos marcos regulatórios nacionais. Entre 2001 e 2008, observa-se a fase de transição público-privada, decorrente da adoção de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso e da oferta no ensino superior. Por fim, o chamado expansionismo público se desenvolve entre 2008 e 2016, período no qual se estabelece o curso na UFPel, marcado pelo fortalecimento da oferta em instituições públicas, processo interrompido com a adoção de políticas de contingenciamento de gastos.

Na UFPel o curso é ofertado no turno noturno, na modalidade presencial, possui duração de quatro anos e estrutura curricular organizada por semestres. Desde o seu estabelecimento,

conta com o ingresso anual de aproximadamente sessenta estudantes e, até o início do ano de 2024, havia formado duzentos e oitenta e nove egressos (UFPEL, 2025). Entre inúmeros desafios relacionados à consolidação de cursos de um campo de formação relativamente novo como o caso de Relações Internacionais, destaca-se o atendimento às diretrizes regulatórias relativas à extensão universitária.

Por um lado, a extensão universitária no Brasil apresenta uma trajetória singular que contribuiu para a consolidação de suas práticas em diversos campos do conhecimento. Esse percurso conferiu às universidades um papel não apenas de produção e debate acadêmico sobre os problemas sociais, mas também de intervenção concreta por meio de sua atuação (Feloniuk, 2025). Por outro, ações extensionistas no campo de Relações Internacionais permaneceram carentes de perspectivas mais delineadas, até que em 2015, com o estabelecimento da área temática “Ensino, Pesquisa e Extensão” no âmbito da Associação Brasileira de Relações Internacionais, esse debate se torna mais estruturado (ABRI, 2025).

Entre as ações de extensão mais frequentes no campos das Relações Internacionais, destacam-se: Modelos de Simulação (da Organização das Nações Unidas ou outras organizações internacionais) envolvendo estudantes de ensino médio ou outros; ciclos de debates sobre temas internacionais

abertos ao público; atendimentos a migrantes, refugiados e apátridas; programas de rádio; apoio à internacionalização de governos locais e outras instituições; parcerias com escolas de educação básica ou com organizações da sociedade civil; produção de conteúdo digital.

A extensão universitária prevista na Legislação Nacional está internalizada nas normativas da UFPEL, a exemplo da Resolução Nº 94, de 26 de junho de 2025 (UFPEL, 2025, p.1), que descreve os projetos de extensão:

Art. 5º Os Programas e Projetos com ênfase em Extensão são atividades de interação entre a Universidade e outros setores da sociedade, com foco na formação recíproca e na transformação social, em consonância com a Política Nacional de Extensão e as diretrizes extensionistas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

A curricularização da extensão, incorporada ao Projeto Pedagógico do Curso, assegura a participação ativa dos estudantes em experiências que envolvam instituições públicas, organizações da sociedade civil e atores locais e internacionais, contribuindo para a formação crítica e cidadã dos futuros internacionalistas. Além da carga horária mínima exigida (10% da carga horária do Curso, em consonância com a legislação nacional)<sup>3</sup>, a atuação ativa do estudante em projetos ou ações extensionistas é requisito essencial.

Entre os projetos de extensão ofertados de forma contínua, sob orientação de docentes vinculados ao curso, destacam-se: i) Pelotas *Model United Nations* (PelotasMun), modelo de simulação organizado por estudantes da graduação para seus pares e estudantes de ensino médio; ii) Café Geopolítico, no qual os estudantes organizam discussões com especialistas sobre temas contemporâneos, abertas ao público e realizadas no espaço da livraria da UFPel; iii) Vozes do Mundo, programa de rádio levado ao ar pela RadioCom Pelotas, 104.5 FM; iv) Cooperativa Junior Sul-Sur Fair Trade, estabelecida como ‘empresa júnior’ no âmbito do ‘*Movimento Fair Trade*’; v) Cidades-irmãs, projeto pelo qual os estudantes estudam e promovem as cidades-irmãs internacionais de Pelotas (RS); vi) MigraRI, que desenvolve ações relacionadas à migração internacional no município de Pelotas.<sup>4</sup>

Nesse contexto, a atuação com municípios emerge como espaço privilegiado de atuação, oportunidade já mapeada pelo projeto Cidades-irmãs (Schimanski, 2021; Schimanski et al, 2022). Ainda que se considere que, muitas vezes, as atividades de extensão não estabeleçam uma conexão intelectual com o arcabouço teórico dos cursos (o que dificulta a colaboração e a integração entre os conhecimentos produzidos na comunidade e aqueles ensinados em sala de aula), impõe-se aos internacionalistas o desafio de desenvolver e fortalecer a interface local–global e global–local. Buscando

alinhar expectativas e conhecer as eventuais limitações, a Coordenadora do Curso preencheu a matriz SWOT do Curso, com suas principais percepções elencadas no Quadro 3.

De uma forma geral, o curso apresenta um conjunto de potencialidades para o desenvolvimento da extensão universitária em Relações Internacionais. Entre as principais forças, destacam-se o reconhecimento institucional da UFPel, o crescente interesse discente na aplicação prática dos conceitos aprendidos (que poderá facilitar a sua inserção profissional), bem como a motivação para atuar em iniciativas locais com interface internacional. Soma-se a isso a proficiência dos estudantes em idiomas, a existência de projetos voltados ao território em suas dimensões pública, privada e social, além do corpo docente com interesses diversificados.

No entanto, algumas carências ainda limitam o pleno aproveitamento dessas potencialidades. Entre elas, observa-se a desvalorização das atividades extensionistas no espaço acadêmico<sup>5</sup>, a reduzida quantidade de docentes — atualmente apenas dez — sobrecarregados por demandas de ensino, pesquisa e da própria gestão do curso (Coordenação de Curso, atividades de Colegiado de Curso, atividades do Núcleo Docente Estruturante e outras), e a escassez de incentivos institucionais para o estabelecimento de ações com atores externos.

Quadro 3 - Aplicação Matriz SWOT Curso de Bacharelado em RI

FATORES INTERNOS	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- UFPel reconhecida como instituição respeitada;</li> <li>- Estudantes com interesse crescente de inserção no mundo do trabalho e na aplicação dos conceitos estudados;</li> <li>- Estudantes interessados em trabalhar com ações locais com interface internacional, possibilitando o desenvolvimento da paradiplomacia;               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudantes fluentes em idiomas;</li> </ul> </li> <li>- Projetos orientados para o local / território (público, privado, social, etc);</li> <li>- Expansão do corpo docente com interesses em setores diversos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desvalorização sobre atividades extensionistas no espaço acadêmico;</li> <li>- Corpo docente pequeno (10 docentes), sobrecarregado com atividades de ensino, de pesquisa e administrativas;</li> <li>- Falta de incentivo(s)/ recursos financeiros / apoio para que docentes realizem ações com instituições externas.</li> <li>- Falta de transparência e apoio sobre os trâmites para a formalização dos convênios / parcerias entre projetos e instituições externas;</li> <li>- Carência de disciplina com ênfase em paradiplomacia e/ou cooperação internacional descentralizada.</li> </ul>
FATORES EXTERNOS	
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exigência de 10% da carga horária do curso em atividades extensionistas.</li> <li>- Egressos de Relações Internacionais atuando em diferentes órgãos (setor público e privado) aumentam a visibilidade do profissional no campo de atuação.</li> <li>- Crescente conhecimento sobre o perfil do profissional de relações internacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desconhecimento sobre as competências e habilidades do profissional de relações internacionais;</li> <li>- Desconhecimento sobre as ações de Cooperação Internacional Descentralizada (CID) e Paradiplomacia.</li> </ul>

Fonte: Autoras (2025)

Destaca-se que as ações de extensão exigem deslocamentos de docentes e estudantes e há significativas dificuldades para as reservas de ônibus e inexistência de recursos financeiros para tal finalidade. Os espaços para a realização de eventos também são escassos, uma vez que há anos, o curso enfrenta carência de salas para a realização das suas atividades essenciais. Também constitui entrave a ausência de componentes curriculares com ênfase em paradiplomacia ou cooperação internacional descentralizada, a fim de fazer a vincu-

lação do conhecimento teórico já consolidado no próprio campo com as potencialidades locais. Em razão desta lacuna, apenas os estudantes vinculados ao projeto Cidades-Irmãs têm a oportunidade de se familiarizar com as oportunidades que se abrem a partir dessa perspectiva teórico-conceitual.

Entre os fatores externos ao curso, é possível considerar que a exigência legal pelo desenvolvimento de atividades extensionistas representa uma oportunidade que permite que tais projetos

recebam maior atenção e reconhecimento no espaço universitário. Ademais, a presença crescente de egressos atuando em diferentes setores — públicos e privados — contribui para ampliar a divulgação das habilidades e competências dos egressos, reforçando sua legitimidade no mundo do trabalho em áreas diversas da carreira diplomática tradicional.

Entretanto, algumas ameaças ainda se impõem, sobretudo o desconhecimento generalizado das competências e habilidades dos egressos em Relações Internacionais, bem como a pouca compreensão sobre as práticas de Cooperação Internacional Descentralizada e paradiplomacia nos espaços municipais (Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores, por exemplo), o que pode limitar o estabelecimento de parcerias e a inserção da área em agendas locais e institucionais.

### A Prefeitura Municipal de Pelotas

Pelotas é um município bicentenário, com 325.685 habitantes (IBGE, 2025), profundamente ligado às atividades internacionais, seja por sua localização no extremo sul do país, que colabora para suas relações com o país vizinho (Uruguai)<sup>6</sup>, ou pelo histórico das famílias aristocráticas, que contribuíram para que fosse um dos territórios mais internacionalizados no século XIX, com arquitetura colonial europeia e praças com fontes im-

portadas da França (Fonte das Nereidas, Chafariz das Três Meninas e o Chafariz dos Cupidos); o Mercado Público de Pelotas, com o relógio central com estrutura de ferro vinda da Alemanha; A "Caixa d'água de Pelotas", importada da Escócia.

A vocação para a internacionalização do município também pode ser evidenciada pelas atividades desenvolvidas tanto pelo setor público quanto pelo setor privado. No primeiro, destacam-se os acordos de cidades-irmãs internacionais: o primeiro acordo data de 1963, com a cidade de Suzu (Japão); o segundo, firmado em 1996 com a cidade de Aveiro (Portugal); o terceiro foi firmado com a cidade de Colonia Del Sacramento (Uruguai), no ano de 2005 (Schimanski, 2021).

O setor privado movimenta a vocação econômica de Pelotas para o agronegócio e o comércio. A cidade tem tradição na agroindústria relacionada ao processamento de alimentos e doces, impulsionada pela colonização francesa (compotas, conservas, doces). A região destaca-se como a maior produtora de pêsego para a indústria de conservas do país, contribui significativamente com a produção de arroz exportado para diversos países, bem como, com a produção de bovinos.

A existência prévia de uma Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais durante o governo de Bernardo de Souza, em 2005, demonstra o interesse municipal em institucionalizar as suas relações internacionais (Fernandes, 2014).

Na fala do antigo Coordenador, destacam-se as competências da referida estrutura:

O Coordenador para Relações Institucionais Nacionais e Internacionais, Augusto Simões Lopes Neto, falou das atribuições da Coordenadoria. Elaborar políticas que apoiem o Plano de Governo, envolvendo a promoção de ações nacionais, internacionais, governos, terceiro setor, universidades, entidades privadas, para obter acordos de cooperação técnica e financeira. Desenvolver ações junto a Embaixadas, Consulados e organismos internacionais, para ampliar as relações institucionais. Assessorar Secretarias em negociações e processos de captação de recursos financeiros provenientes de instituições nacionais ou internacionais, foram alguns dos trabalhos relatados pelo titular da CRNI (Prefeitura Municipal de Pelotas, 2005, n.p.).

Não há registros que sinalizem os fatores que levaram à descontinuidade da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais daquele período. Contudo, não representa um caso isolado, conforme revela o estudo realizado por Schimanski, Menezes e Schmutz (2024, p. 14):

Os estudos sobre as cidades tendem a destacar um importante desafio: as dificuldades relacionadas à institucionalização e à continuidade das iniciativas descentralizadas. Geralmente, tais iniciativas são estabelecidas e estruturas são criadas durante um mandato es-

pecífico, situação que se altera no contexto democrático de alternância do poder. Se por um lado, essa flexibilidade representa uma oportunidade, por outro, também representa uma fragilidade, considerando que diálogos internacionais demandam o tempo próprio de construção.

O recente estabelecimento do Departamento de Relações Internacionais, no ano de 2024, sugere a importância da internacionalização nas ações municipais, dada a sua recorrência de tempos em tempos. Estabelecida quando a Prefeitura Municipal de Pelotas era gerida pelo partido Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sua continuidade a partir da nova gestão pelo partido Partido dos Trabalhadores (PT), como Coordenadoria de Relações Internacionais, no ano de 2025 sugere um amadurecimento para as potencialidades da paradiplomacia de forma institucionalizada no município.

Reconhecendo que a atenção aos assuntos internacionais na Prefeitura Municipal reaparece em momentos distintos, a Diretora de Relações Internacionais preencheu a matriz SWOT, com vistas a compreender o contexto dessa nova fase institucional e das ações internacionais em curso na Prefeitura Municipal, a partir das suas principais percepções que foram sistematizadas no Quadro 4.

A análise dos elementos internos revela a presença de importantes forças institucionais relaci-

onadas à atuação internacional do município de Pelotas. A existência da Coordenadoria de Relações Internacionais ativa na Prefeitura configura-se como um diferencial, permitindo a coordenação de ações externas e a interlocução com diferentes atores. O programa “Pacto Pelotas pela Paz”, reconhecido internacionalmente por suas iniciativas em segurança pública, favoreceu a inserção do município em redes internacionais de troca de experiências, como a *Peace in Our Cities* e a *Urban95*.

A rede *Peace in Our Cities* foi estabelecida em 2019, como uma coligação de cidades — incluindo governos locais e organizações da sociedade civil — para reduzir e prevenir a violência urbana através da troca de soluções conhecidas e compartilhamento de experiências. A rede tem como meta atingir a redução de 50% da violência urbana antes do ano de 2030<sup>7</sup>. Na rede, a Prefeitura de Pelotas busca compartilhar as experiências do Pacto pela Paz (iniciativa lançada em 2017) e aprender com experiências de outros parceiros internacionais (Maicá et al, 2024; *Peace in Our Cities*, 2025).

A Urban 95 é uma rede de cidades que possuem foco nas políticas de primeira infância. É descrita como: “uma iniciativa global da Fundação Van Leer<sup>8</sup> que apoia líderes municipais a tornarem suas cidades aliadas do desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos e do bem-estar de seus cuidadores, especialmente os mais vulnerabilizados.” (Urban 95, 2025, n.p.). Seu foco é aproximar

municípios, organizações e parceiros técnicos em torno de garantias para a fase inicial da vida, que é fundamental para o seu desenvolvimento futuro.

Nas palavras da ex-Prefeita Paula Mascarenhas, no contexto do o Plano Municipal pela Primeira Infância, a importância das trocas promovidas pela participação em redes:

A implementação do Pacto pela Paz me fez perceber a importância das políticas públicas sociais. O Programa de Proteção à Infância foi um bom começo, mas minha experiência com a Fundação Van Leer realmente abriu meus olhos. Ficou claro que a primeira infância deveria ser a principal prioridade em nível municipal. [...] Compartilhar ideias [com prefeitos e gestores de outras cidades] foi inspirador. Isso nos deu o impulso necessário para continuar avançando, especialmente com o projeto piloto de um plano de bairro amigável para crianças, na Vila Farrou-pilha. Estamos renovando a infraestrutura do bairro e dando voz às crianças e suas famílias sobre como os espaços devem ser projetados (Urban95, 2025, n.p.).

Pelotas integra a Rede Urban95 desde 2020 e a cidade tem investido em ações pela primeira infância (Lulhier, 2021), com formação de seu quadro técnico, naturalização de praças e pátios escolares, e planos de bairro com escuta da primeira infância e de seus cuidadores. Há duas iniciativas do Município em destaque na plataforma: i) a construção do Plano de Bairro Amigável à Primeira

Infância (PBAPI) da Vila Farroupilha pela aproximação com a comunidade, que mapeou desafios, potencialidades e problemas do bairro; requalificação das calçadas do entorno da Escola de Educação Infantil Nelson Abott e de Ensino Fundamental Saldanha da Gama

Além da atuação municipal nas referidas redes internacionais, que fortalecem as capacidades institucionais, favorecem a troca de experiências e boas práticas e têm potencial para facilitar o acesso a fundos e programas de financiamento,

Pelotas mantém os três acordos de irmandade com cidades estrangeiras e promoveu a retomada das atividades do Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas, reforçando a institucionalização de agendas internacionais no âmbito local.

Por outro lado, algumas fragilidades internas limitam a continuidade e a consolidação dessas ações. A Coordenadoria de Relações Internacionais apresenta fragilidades estruturais decorrentes da ausência de institucionalização plena da po-

Quadro 4 - Aplicação Matriz SWOT Prefeitura Municipal de Pelotas

FATORES INTERNOS	
FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença de uma Coordenadoria de Relações Internacionais ativa na Prefeitura;</li> <li>- “Pacto Pelotas pela Paz”: programa de segurança pública e prevenção social reconhecido internacionalmente;</li> <li>- Participação em redes internacionais como o <i>Peace in Our Cities</i> e <i>Urban 95</i>;</li> <li>- Três acordos de cidades-irmãs: Suzu-Japão; Colônia do Sacramento-Uruguai; Aveiro-Portugal;</li> <li>- Município com histórico de iniciativas internacionais e participação;                         <ul style="list-style-type: none"> <li>- Retomada das atividades do Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas de Pelotas (Decreto 6593 de 15 de junho 2022).</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fragilidade da Coordenadoria de RI / Incertezas quanto à sua continuidade;                         <ul style="list-style-type: none"> <li>- Carência de equipe;</li> </ul> </li> <li>- Falta de recursos humanos com fluência em idiomas estrangeiros;</li> <li>- Carência de histórico organizado sobre as visitas internacionais / ações internacionais realizadas;</li> <li>- Falta de continuidade dos contatos internacionais;</li> <li>- Falta de continuidade das ações internacionais devido às transições governamentais;</li> <li>- Falta de recursos humanos para propor e planejar captação de recursos internacionais;</li> <li>- Falta de orçamento próprio para desenvolvimento de ações internacionais.</li> </ul>
FATORES EXTERNOS	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Município localizado na Faixa de Fronteira;</li> <li>- Políticas Governamentais voltadas ao desenvolvimento regional e à internacionalização;</li> <li>- Participação da Frente Nacional de Prefeitos, que favorece trocas de experiências;</li> <li>- Agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (na qual, Municípios são importantes agentes de desenvolvimento).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Situação econômica, social e política;</li> <li>- Burocracia administrativa e prazos;</li> <li>- Desconhecimento sobre oportunidades de Cooperação Internacional Descentralizada (CID) e outras possibilidades de atuação internacional municipal.</li> </ul>

Fonte: Autoras (2025)

lítica de relações internacionais, historicamente sujeita à pessoalização da pasta, aliadas a um quadro de pessoal insuficiente para atender às demandas existentes. A ausência de profissionais com fluência em idiomas estrangeiros compromete a comunicação com parceiros internacionais e a elaboração de projetos. Outro obstáculo é a inexistência de um histórico sistematizado sobre visitas e ações internacionais, o que dificulta o acompanhamento e a avaliação das iniciativas. A descontinuidade dos contatos e projetos em função das mudanças de governo reforça a vulnerabilidade estrutural do setor. Ademais, a carência de pessoal especializado para planejar e captar recursos internacionais também limita o aproveitamento de oportunidades externas.

No que se refere aos fatores externos positivos, destacam-se oportunidades que podem favorecer a ampliação da atuação internacional do município. A localização de Pelotas na Faixa de Fronteira confere relevância estratégica e potencial para cooperação transfronteiriça, no contexto das políticas governamentais voltadas ao desenvolvimento regional. Destaca-se que a Política Nacional de Fronteiras, estabelecida em maio de 2024, prevê:

Art. 2º A Política Nacional de Fronteiras - PNFron tem por finalidade orientar as ações do Poder Executivo federal para a atuação coordenada com os entes federativos e

com as instituições privadas, com vistas à promoção da segurança, do desenvolvimento sustentável, da integração regional, dos direitos humanos, cidadania e proteção social nas fronteiras brasileiras.

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se fronteiras as áreas compreendidas na faixa interna de cento e cinquenta quilômetros de largura, paralela à linha divisória terrestre,[...] (Brasil, 2024, p.1)

A participação na Frente Nacional de Prefeitos propicia a troca de experiências e o acesso a redes de articulação intermunicipal. Além disso, a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável reconhecem o papel das cidades como agentes centrais de desenvolvimento, ampliando a legitimidade da inserção internacional local (Nações Unidas Brasil, 2025). O “Pacto Pelotas pela Paz” é um exemplo de como iniciativas locais podem contribuir para vincular experiências locais às agendas internacionais.

Entretanto, foram elencados fatores externos que configuram ameaças à continuidade e ao fortalecimento da paradiplomacia no município. A conjuntura econômica, social e política nacional pode restringir recursos e prioridades governamentais, afetando a agenda de internacionalização. A morosidade burocrática e os prazos administrativos frequentemente impõem obstáculos à implementação de projetos e parcerias internacionais. Esses entraves alimentam percepções críticas

que tendem a considerar a agenda internacional como secundária ou até dispensável no âmbito municipal. Soma-se a isso o desconhecimento sobre as possibilidades de ações internacionais por parte de diferentes setores do poder público e da sociedade, o que reduz o engajamento e dificulta a institucionalização dessas iniciativas.

A aproximação entre o Curso de Relações Internacionais da UFPel e a Prefeitura Municipal de Pelotas já permitiu o desenvolvimento de atividades conjuntas, no marco do planejamento realizado. O primeiro projeto foi o CONNEX 2024, evento internacional sobre o tema de segurança pública e prevenção de violências realizado entre os dias 13 e 15 de março de 2024, em Pelotas. O evento realizado pela Frente Nacional de Prefeitos e pela Prefeitura Municipal reuniu “[...] agentes e gestores públicos, organizações do Terceiro Setor, instituições de ensino, empresas e membros da sociedade com o objetivo de compartilhar e promover as melhores práticas em segurança pública e prevenção às violências” (CONNEX 2024, n. p.).

Com o apoio da Embaixada da Colômbia no Brasil e Organizações Internacionais não-governamentais, como a *Peace in our Cities* e *Van Leer Foundation*, a Coordenação do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais cadastrou um projeto de extensão específico, no qual os estudantes atuaram como colaboradores na organização do evento, recebendo e apoiando os convi-

dados internacionais. Os docentes também colaboraram realizando uma mesa de debates sobre Segurança Internacional, além de atuar como moderadores em mesas de convidados internacionais (UFPel, 2024). Considera-se que o evento foi a primeira oportunidade de promover ações extensionistas dentro do próprio campo de atuação para os estudantes apoiando a agenda internacional da Prefeitura Municipal.

Outra iniciativa relevante foi o cadastro de uma ação extensionista específica - o projeto MigraRI - voltado à participação nas atividades do Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes e Refugiados da Prefeitura Municipal de Pelotas (Pelotas, 2022). O MigraRI passou a constar oficialmente no decreto que atualizou o referido colegiado para Comitê Municipal de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas – COMIRAT/Pelotas (Pelotas, 2025). Os docentes vinculados ao Curso coordenam a participação dos estudantes no desenvolvimento de atividades relacionadas à proposição, elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas para Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas residentes no Município de Pelotas, além de participar ativamente das reuniões regulares do Comitê (UFPel, 2024).

Em janeiro de 2025, a Prefeitura Municipal de Pelotas recebeu o Selo MigraCidades 2024 (Santos, 2025). A plataforma MigraCidades é fruto

de parceria entre a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), para dar visibilidade e discutir políticas públicas qualificadas e sensíveis às necessidades das pessoas migrantes (Migracidades, 2024). As boas práticas identificadas nos estados e municípios brasileiros, refletem o compromisso dos atores municipais com a integração e os direitos dos migrantes.

### Parceria Estratégica?

Com vistas a aprofundar e validar os achados diagnósticos identificados por meio da matriz SWOT, procedeu-se à aplicação da matriz TOWS (também conhecida a SWOT cruzada), que possibilita o cruzamento entre os quadrantes internos (forças e fraquezas) e externos (oportunidades e ameaças) da matriz SWOT. No Quadro 5 foram consolidados os principais fatores identificados, para direcionar as estratégias da parceria. Essa abordagem permite não apenas a identificação de condicionantes institucionais, mas também a formulação de direcionamentos estratégicos voltados à ação, aspecto central para projetos de internacionalização e cooperação internacional descentralizada.

No quadrante Forças–Oportunidades (SO), são identificadas forças internas para potencializar

oportunidades externas. Observa-se elevado grau de convergência estratégica entre a Universidade Federal de Pelotas (UFPe) e a Prefeitura Municipal de Pelotas. A reputação acadêmica da universidade, aliada ao perfil discente qualificado e interessado em ações territoriais com interface internacional, articula-se de maneira virtuosa com o histórico internacional do município, sua participação em redes internacionais e a atual formalização da Coordenadoria de Relações Internacionais. Esse cruzamento favorece a consolidação de projetos de extensão internacionalizada alinhados à Agenda 2030 e à territorialização de políticas públicas internacionalizadas, além de responder à exigência normativa de curricularização da extensão. Assim, a parceria configura-se como um laboratório vivo e territorial de internacionalização, no qual ensino, pesquisa e extensão se articulam à prática da paradiplomacia municipal. Esse contexto reforça o papel da universidade como agente de desenvolvimento local e da Prefeitura como ator internacional subnacional.

No quadrante Forças–Ameaças (ST), a análise evidencia a mobilização estratégica das forças internas como mecanismo de enfrentamento e mitigação das ameaças externas no contexto analisado. As estratégias identificadas sugerem que as forças institucionais podem ser mobilizadas para enfrentar o desconhecimento sobre as competências do profissional de Relações In-

Quadro 5 - Aplicação da Matriz TOWS

<b>TOWS</b>	<b>Oportunidades (O)</b> Exigência legal de extensão (10%) Agenda ODS e territorialização de políticas e boas práticas internacionais Redes internacionais e cidades-irmãs Visibilidade do profissional de RI Município em faixa de fronteira	<b>Ameaças (T)</b> Desconhecimento sobre RI, CID e paradiplomacia Instabilidade política e econômica Burocracia administrativa Descontinuidade institucional
<b>Forças (S)</b> Reputação acadêmica da UFPel Estudantes qualificados e fluentes em idiomas Interesse discente por ações locais com interface internacional Coordenadoria de RI ativa na Prefeitura Histórico internacional do município	<b>SO – Estratégias Ofensivas</b> Desenvolvimento de projetos de extensão internacionalizados alinhados aos ODS e Territorialização de Políticas Inserção de estudantes em ações municipais de CID e paradiplomacia Consolidação de Pelotas como laboratório vivo de internacionalização Ampliação da visibilidade institucional e profissional	<b>ST – Estratégias Confrontativas</b> Difusão das competências do profissional de RI por meio de projetos conjuntos Uso da legitimidade acadêmica para enfrentar o desconhecimento sobre CID Fortalecimento da atuação municipal em ações internacionalizadas e redes internacionais
<b>Fraquezas (W)</b> Sobrecarga e reduzido corpo docente na UFPel Desvalorização da extensão universitária no meio acadêmico Fragilidade e carência de equipe no Depto de RI municipal Falta de continuidade e memória institucional Falta de fluência em idiomas na Prefeitura Falta de recursos financeiros	<b>WO – Estratégias de Superação</b> Revalorização da extensão na formação em RI Compartilhamento de recursos humanos (docentes, estudantes e técnicos) Criação de disciplinas e projetos integradores em CID e paradiplomacia Possibilidade de captação de recursos financeiros (parcerias, projetos, emendas parlamentares, etc.) Qualificação da atuação internacional municipal	<b>WT – Estratégias Defensivas</b> Institucionalização da parceria para garantir continuidade das ações Padronização de trâmites e convênios interinstitucionais Sistematização e preservação da memória das ações internacionais

Fonte: Autoras (2025)

ternacionais, bem como sobre as práticas de cooperação internacional descentralizada e paradiplomacia. A atuação conjunta da UFPel e da Prefeitura possibilita a produção e difusão de conhecimento aplicado, por meio de projetos, eventos e relatórios técnicos, contribuindo para a legitimação da atuação internacional subnacional e

para o fortalecimento da imagem institucional do município em contextos nacionais e internacionais. As forças institucionais, quando articuladas, têm potencial para atuar como instrumentos de validação e visibilidade, reduzindo ameaças associadas ao desconhecimento e à subvalorização da atuação internacional subnacional.

A análise do quadrante Fraquezas–Oportunidades (WO) destaca a necessidade de atenuar fragilidades internas como condição estratégica para o aproveitamento das oportunidades externas disponíveis, as quais atuam como indutoras do processo de superação dessas limitações. A obrigatoriedade da extensão curricular, associada às agendas globais de desenvolvimento sustentável e às potencialidades de territorialização de boas práticas ou políticas internacionais, cria condições favoráveis para a revalorização das atividades extensionistas no espaço acadêmico e para a mitigação da sobrecarga docente. Ademais, a parceria permite o compartilhamento de recursos humanos e a criação de disciplinas, módulos ou projetos com ênfase em cooperação internacional descentralizada, contribuindo para a qualificação da atuação internacional do município e para a formação prática dos estudantes. Destaca-se que a parceria não apenas compensa fragilidades institucionais, mas induz mudanças organizacionais, pedagógicas e administrativas que fortalecem a sustentabilidade da parceria.

Por fim, no quadrante Fraquezas–Ameaças (WT), a análise concentra-se na formulação de estratégias defensivas voltadas à redução das fragilidades internas, com o objetivo de diminuir a suscetibilidade da organização às ameaças externas. Observa-se que emergem riscos relacionados à descontinuidade institucional, à fragilidade da

Coordenadoria de Relações Internacionais da Prefeitura e às instabilidades político-administrativas de ambas as instituições, além da carência de recursos financeiros e espaço físico, por exemplo. Nesse sentido, a institucionalização da parceria entre a universidade e o governo local desponta como estratégia central de contenção, ao promover maior estabilidade, padronização de trâmites, preservação da memória institucional e continuidade das ações internacionais, mesmo diante de alterações institucionais ou mudanças governamentais. Nota-se que a cooperação interinstitucional surge como uma importante estratégia defensiva a redução simultânea de fragilidades internas, favorecendo continuidade, institucionalização e preservação do conhecimento acumulado.

De forma integrada, a Análise TOWS confirma os achados da SWOT e evidencia que a parceria entre a UFPel e a Prefeitura Municipal de Pelotas possui elevado potencial estratégico para a promoção da internacionalização das políticas municipais. Ao articular forças complementares e enfrentar fragilidades estruturais, a cooperação interinstitucional se consolida como um instrumento de desenvolvimento local, inovação institucional e formação qualificada em Relações Internacionais, reforçando o papel dos governos locais como atores relevantes na agenda internacional contemporânea. As forças de uma instituição compensam as fraquezas da outra, criando sinergias funcionais.

Além disso, a internacionalização deixa de ser um fim em si mesma e se consolida como instrumento de desenvolvimento local, formação profissional e inovação institucional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discutiu as oportunidades e os desafios relacionados à extensão universitária nos cursos de Bacharelado em Relações Internacionais, considerando as ações internacionais municipais. O caso do município de Pelotas (RS) foi analisado qualitativamente por meio da matriz SWOT e TOWS (SWOT cruzada), a partir das percepções da Coordenadora do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e da Diretora de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Pelotas.

A pergunta orientadora foi: quais são as oportunidades e os desafios para a extensão universitária nos cursos de Relações Internacionais alinhados à agenda municipal? Se, num primeiro momento, as exigências legais referentes à carga horária de extensão representaram um desafio aos cursos - especialmente em cidades afastadas das capitais -, a experiência tem demonstrado que essa obrigatoriedade vem se configurando como uma oportunidade quando são identificadas convergências e intersecções entre o plano de gestão local, as agendas internacionais e as capacidades universitárias.

No último trimestre de 2023, a aproximação entre a Coordenadora do Curso de Relações Internacionais da UFPel e a servidora da Prefeitura Municipal - egressa do curso - foi favorecida por uma ação de extensão em alusão ao aniversário de irmandade internacional do município. Esse olhar estratégico, competência característica dos egressos, foi fundamental para inaugurar uma nova fase das ações internacionais do Município de Pelotas com o apoio do Curso.

A matriz SWOT permitiu identificar forças em ambas as instituições, entre as quais: o reconhecimento da UFPel; o diferencial do corpo docente e discente do curso; a relevância do Departamento de Relações Internacionais institucionalizado na Prefeitura (ainda que com limitações de capital humano e financeiro); e a existência de agendas locais convergentes com temas da agenda de desenvolvimento internacional.

Também foi possível, com pragmatismo, reconhecer limitações institucionais, como: a pouca valorização das ações extensionistas no meio universitário, apesar de seus impactos; a escassez de recursos humanos disponíveis ou dispostos a desenvolver projetos que exigem adaptação e compromisso com outros indivíduos, temas e instituições; a necessidade de ampliar as discussões sobre Cooperação Internacional Descentralizada e Paradiplomacia tanto no curso quanto fora dele; as incertezas quanto à

continuidade das iniciativas; lacunas de informação decorrentes da ausência de registros e memórias institucionais sobre ações internacionais no município, entre outros aspectos.

No que se refere ao ambiente externo, observa-se haver mais oportunidades do que ameaças relacionadas ao tema. Pela própria natureza das iniciativas de cooperação descentralizada — que, na maior parte dos casos, não envolve recursos financeiros, embora essa também seja uma possibilidade —, evidencia-se o risco de que o desconhecimento dessas ferramentas comprometa o desenvolvimento local.

A experiência com os projetos já realizados em parceria demonstra a necessidade de compromisso institucional e pessoal. Aponta-se para a importância da formalização das iniciativas por meio de Acordos de Cooperação (quando não há repasse de recursos financeiros) ou de Convênios (quando há transferência de recursos), para que tais parcerias sejam perenes, independente das pessoas à frente delas em determinados momentos. De uma forma geral, é possível concluir que as experiências até o momento revelam o potencial da extensão universitária tanto para a formação dos estudantes de Relações Internacionais quanto para a própria internacionalização das políticas públicas municipais.

A análise TOWS evidencia que a parceria entre a Universidade Federal de Pelotas e a Prefei-

tura Municipal de Pelotas apresenta elevada coerência estratégica e capacidade de geração de sinergias institucionais, ao articular forças complementares, mitigar fragilidades e enfrentar ameaças estruturais. A cooperação interinstitucional consolida-se como um arranjo sustentável de internacionalização, no qual ensino, pesquisa e extensão se integram à prática da paradiplomacia municipal, promovendo inovação institucional, qualificação profissional em Relações Internacionais e fortalecimento do desenvolvimento local. Nesse contexto, a internacionalização deixa de constituir um objetivo em si mesma e passa a operar como instrumento transversal de política pública, formação acadêmica e projeção internacional.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS ABRI. AT de Ensino, Pesquisa e Extensão. Disponível em: [https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=1232](https://www.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1232) . Acesso em 12 out. 2025.
- AFONSO, Maria Manuela. FERNANDES, Ana Paula. **abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**. Lisboa: ForumDC, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 03 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6634.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm). Acesso em: 11 de out de 2025.
- BRASIL. **Decreto Nº 12.038, de 29 de Maio de 2024**. Institui a Política Nacional de Fronteiras e o seu Comitê Nacional. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.038-de-29-de-maio-de-2024-563051550> . Acesso em: 11 de out de 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 4, de 4 de outubro de 2017**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências. Acessado em 04 nov 2024. Online. Disponível em: [/http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=73651-rces004-17-pdf&category\\_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=73651-rces004-17-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192) . Acesso em: 28 set. 2025.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Cooperação descentralizada**. 05 abr. 2024 Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/abc/acesso-a-informacao/projetos/cooperacao-do-brasil-para-o-exterior/cooperacao-descentralizada>. Acesso em: 28 set. 2025.
- BRYSON, John M. **Strategic planning for public and nonprofit organizations**. 5. ed. Hoboken: Wiley, 2018.
- CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CONNEX 2024. **Reflexão sobre o Futuro das Cidades: edição Pelotas**. 14 e 15 de março de 2024. Disponível em: <https://www.connexpelotas.com.br/>. Acesso em 04 set 2025.
- FELONIUK, Wagner. História do conceito de Extensão Universitária: aspectos normativos e políticos

da atuação universitária brasileira na sociedade. **InterAção**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. e88748, 2025. DOI: 10.5902/2357797588748. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/88748> . Acesso em: 11 out. 2025.

FERNANDES, Nathalia Macedo. Atuação internacional do governo local de Pelotas no período de 2004-2013 Orientadora: Dra. Fernanda Fernandes. 2014. 25 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

GARESCHÉ, Eugene D. Zapata. **Manual práctico para internacionalizar la ciudad: guía para la acción exterior de los gobiernos locales y la cooperación descentralizada Unión Europea-América Latina**. Barcelona: Volumen, 2007.

KOTLER, Philip. KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 12 edição. São Paulo: Pearson Hall, 2006.

LULHIER, Kerolin. **Prefeita conhece plano municipal para Primeira Infância da Rede Urban95**. 01 abr. 2021. Disponível em: <https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/prefeita-conhece-plano-municipal-para-primeira-infancia-da-rede-urban95>. Acesso em 12 out 2024.

MAIA, Marrielle (Org.). **Formação em Relações Internacionais no Brasil: Panorama dos cursos de graduação e perfil dos egressos**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas. 2020.

MAICÁ, Aline Crochemore Hillal et al. The City of Pelotas in Brazil: Example of a Balanced Approach. Sep. 2024. Disponível em: <https://peaceinourcities.org/wp-content/uploads/2024/09/Pelotas-Balanced-Approach.pdf>. Acesso em 12 out 2024.

MARCOVITCH, Jacques; DALLARI, Pedro B. A. (Orgs). Relações Internacionais de âmbito Subnacional: A Experiência de Estados e Municípios no Brasil. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais-Universidade de São Paulo, 2014. p. 28-39. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/266>. Acesso em 23 set. 2025.

MONTENEGRO, Juliana Ferreira. **Entraves ao Desenvolvimento da Paradiplomacia e os desafios das Agendas das Cidades**. 2019. Tese, Doutorado em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2019.

MIGRACIDADES. **Mais de 50 governos locais das cinco regiões do país irão participar do processo de certificação de 2024 da Plataforma MigraCida-**

des. 10 jun 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/migracidades/mais-de-50-governos-locais-das-cinco-regioes-do-pais-irao-participar-do-processo-de-certificacao-de-2024-da-plataforma-migracidades/> .

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 12 de out. de 2025.

PASSOLS, Augustí Fernández. **La cooperación descentralizada como mecanismo para abordar las desigualdades y fortalecer la democracia en los territorios**. Barcelona: Observatorio de Cooperación Descentralizada UE-A, 2020.

PEACE IN OUR CITIES. **Pelotas-Brazil**. Disponível em: <https://peaceinourcities.org/cities/pelotas-brazil/>. Acesso em 12 de out. de 2025.

PELOTAS. Decreto Nº 6.593, de 15 de Junho de 2022. Institui o Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas no Município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/decreto/2022/660/6593/decreto-n-6593-2022-institui-o-comite-municipal-de-atencao-aos-migrantes-refugiados-e-apatridas-no-municipio-de-pelotas-e-da-outras-providencias?q=turismo> . Acesso em 12 de out. de 2025.

PELOTAS. Decreto Nº 7.125, de 17 de Dezembro de 2025. Revoga o Decreto Municipal nº 6.593, de 15 de junho de 2022, e institui o Comitê Municipal de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas no Município de Pelotas - COMIRAT, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/decreto/2025/713/7125/decreto-n-7125-2025-revoga-o-decreto-municipal-n-6593-de-15-de-junho-de-2022-e-institui-o-comite-municipal-de-atencao-a-migrantes-refugiados-apatridas-e-vitimas-de-trafico-de-pessoas-no-municipio-de-pelotas-comirat-e-da-outras-providencias> . Acesso em 05 de jan. de 2026.

PFRIMER, Matheus Hoffmann. OKADO, Giovanni Hideki C. Dispersão e concentração espaciais dos Cursos de Relações Internacionais no Brasil: contrastes e desafios da expansão da oferta nacional. **Revista Carta Internacional**. Belo Horizonte, v.14, n.1, p.225-249, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Fórum Pelotas em Raio X apresenta banco de dados do Município**. Pelotas, 18 de junho de 2005. Disponível em: <https://www.pelotas.com.br/noticia/forum-pelotas-em-raio-x-apresenta-banco-de-dados-do-municipio> . Acesso em: 11 de out. 2025.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. Globalização e

novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/zxnbn> . Acesso em 23 jun. 2025.

SANTOS, Marcela. **Pelotas recebe o Selo Migracidades**. 17 jan. 2025. Disponível em: <https://pelotas.rs.gov.br/noticia/pelotas-recebe-o-selo-migracidades>. Acesso em 12 de out. 2025.

SCHIMANSKI, Silvana. Cooperação Internacional descentralizada: o papel do bacharelado em Relações Internacionais no contexto das Cidades-Irmãs de Pelotas-RS. **Expressa Extensão**, Pelotas, v. 27, n. 1, p. 118-130, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.15210/ee.v27i1.21778> . Acesso em 03 out. 2025.

SCHIMANSKI, Silvana. FERNANDES, Fernanda. MENEZES, Luana. LUBTKE, Milena Duarte. **Relatório Técnico: Pesquisa com Egressos do Curso de Relações Internacionais da UFPel**. Pelotas: UFPel, 2021.

SCHIMANSKI, Silvana *et al.* Cidades-irmãs: ações desenvolvidas sob o amparo da irmandade internacional entre os municípios de Pelotas-Suzu. **Revista ELO – Diálogos Em Extensão**, Viçosa-MG, v. 11, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21284/elo.v11i.14663>. Acesso em: 03 out. 2025.

SCHIMANSKI, Silvana; MENEZES, Luana; SCHMUTZ, Nataniele P. Cooperação Internacional Descentralizada: Oportunidades e Desafios para Municípios. **Revista C@LEA - Cadernos de Aulas do LEA**. v. 13, n. 1 2024. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/calea/article/view/4249/2694>. Acesso em 12 de out. 2025.

TAVARES, Rodrigo. **Paradiplomacy: Cities and States as Global Players**. Oxford University Press. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPel). **Connex 2024**. 2024. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u7922>. Acesso em 12 de out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPel). **UFPel 50 anos**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ufpel50anos/50-anos/>. Acesso em 12 de out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPel). **Portal Institucional: Relações Internacionais**. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/6800>. Acesso em 12 de out. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPel). **Migrari**. 2024. Disponível em: <https://>

[institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u8634](http://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u8634)

Acesso em 12 de out, 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL). Resolução Nº 94 do Cocepe, de 26 de Junho de 2025.

Disponível em: em: [https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2025/07/SEI\\_3140841\\_Resolucao\\_94.2025-COCEPE.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2025/07/SEI_3140841_Resolucao_94.2025-COCEPE.pdf). Acesso em 12 de out. 2025.

URBAN 95. **A Urban 95 Brasil**. 2025. Disponível em: <https://urban95.org.br/a-urban95-brasil/>. Acesso em 12 out. 2025.

URBAN 95. **Ex-prefeita de Pelotas (RS) conta como a Urban95 ajudou a tornar sua cidade mais segura**. 27 jan. 2025b. Disponível: <https://urban95.org.br/publicacoes/noticias-e-artigos/ex-prefeita-de-pelotas-rs-conta-como-a-urban95-ajudou-a-tornar-sua-cidade-mais-segura/>. Acesso em 12 out. 2025.

VAN LEER FOUNDATION. A Fundação Van Leer. 2025. Disponível em: <https://vanleerfoundation.org/pt-br/about-us/>. Acesso em 12 out. 2025.

WEIHRICH, Heinz. The TOWS matrix: a tool for situational analysis, Long Range Planning. Londres, v. 15, n. 2,1982. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0024-6301\(82\)90120-0](https://doi.org/10.1016/0024-6301(82)90120-0). Acesso em 05 jan. 2026.

## NOTAS

<sup>1</sup>Trata-se da palestra alusiva aos sessenta anos da relação de cidades-irmãs entre Pelotas e Suzu (Japão), realizada no teatro do Centro de Artes da UFPEL e aberta ao público, que contou com presença da então Prefeita Municipal Paula Mascarenhas (Ação 25537, no âmbito do Projeto 4650).

<sup>2</sup>O artigo 4.º declara os princípios que regem a República Federativa do Brasil no âmbito internacional. O artigo 21, inciso I, determina competir "à União manter relação com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais". O texto do artigo 84, incisos VII e VIII, expõem que compete privativamente ao Presidente da República manter relações com Estados estrangeiros e acreditar representantes diplomáticos e atribui também a competência para celebrar tratados sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

<sup>3</sup>Parecer CNE/CES nº 608/2018 estabeleceu as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira, aprovado pelo Ministério da Educação em 3 de outubro de 2018. Esse parecer foi regulamentado pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que determina que as atividades de extensão devem corresponder a no mínimo 10% da carga horária total dos cursos de graduação e ser registradas como componente

curricular, promovendo a interação entre a universidade e a sociedade.

<sup>4</sup>Vale notar que o projeto MigraRI (8634) foi registrado em dezembro de 2024, fruto da aproximação entre o Curso e a Prefeitura Municipal, que visa oportunizar a prática vivencial em ações relativas à gestão da migração internacional no município de Pelotas, bem como participar no Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes e Refugiados da Prefeitura Municipal de Pelotas.

<sup>5</sup>A desvalorização das atividades extensionistas manifesta-se, sobretudo, nos sistemas de avaliação acadêmica e em métricas institucionais que privilegiam a pesquisa e a publicação científica em detrimento das atividades de impacto social, da escassez de financiamento específico e da percepção histórica de que a extensão se situa à margem da missão acadêmica central da universidade. O prestígio institucional ainda está predominantemente ligado ao volume de publicações em periódicos de alto impacto e à captação de recursos para pesquisa. As atividades de extensão, por outro lado, por não gerarem produtos que se encaixam facilmente nesses critérios e, portanto, tendem a receber menor visibilidade e reconhecimento.

<sup>6</sup>Pelotas está localizada no que a legislação concebe como Faixa de fronteira, considerada a faixa

interna de 150 km de largura paralela à linha divisória terrestre do território nacional e Pelotas-RS está nesta área delimitada. A Lei Nº 6.634, de 2 de maio de 1979 estabelece esse território como área indispensável à Segurança Nacional.

<sup>7</sup>Esta iniciativa colabora diretamente com a agenda da Organização das Nações Unidas sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), principalmente o ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes. O pacto busca implementar políticas de segurança pública de forma colaborativa e integrada, abrangendo prevenção social, fiscalização, repressão policial, tecnologia e urbanismo. A iniciativa de Pelotas é reconhecida como uma boa prática em sua integração com os ODS, demonstrando que ações locais podem contribuir para metas globais de paz e justiça.

<sup>8</sup>Desde 1949, a Fundação Van Leer é uma organização independente holandesa que atua globalmente para promover sociedades inclusivas, dedicada ao apoio às crianças, cuidadores e comunidades. Seu trabalho está fundamentado no legado da família Van Leer e em sua liderança nos campos do desenvolvimento da primeira infância, das ciências humanas e das artes. Seu apoio se dá por financiamento, conhecimento, assistência técnica, educação executiva, tours de estudo, design de políticas e *advocacy* (Van Leer Foundation, 2025).